



Anais da Assembléia

44

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 06 DE MAIO de 1987.

ANO XIII

^a
1. ^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11. LEGISLATURA
ATA DA 32.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 1.987
QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Valderi Vilela e Pedro Tonelli.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Antônio Bárbara, Artagão Mattos Leão, Caíto Quintana, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (48). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Acyr Mezzadri, Basílio Zanusso, Cândido Bastos, Irondi Pugliesi e Luiz Alberto Oliveira (05). Achando-se em licença o Senhor Deputado Homero Oguido (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de

Urgência para o Projeto de Lei n. 51/87, que declara de utilidade pública o Centro Espírita Mensageiros da Paz, da Cidade Francisco Beltrão - PR.

Sala das Sessões, em 06.05.87

(a) JOÃO ARRUDA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Tenório Cavalcanti, dando-se ciência do presente requerimento aos familiares do extinto.

Sala das Sessões, em 06.05.87

(a) NESTOR BAPTISTA.

Líder do Governo.

JUSTIFICATIVA:

Tenório Cavalcanti, figura polêmica da década de 50, com uma carreira política das mais expressivas dentro da Baixada Fluminense. Vereador em Caxias, em 1947 foi eleito Deputado Estadual, 1950 elegeu-se Deputado Federal, deixando o Congresso em 1964.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento da Senhora Iolanda Schuindt, ocorrido em 28 de abril de 1987, no município de São João do Ivaí - PR.

A Senhora Iolanda Schuindt foi uma incansável defensora das causas ligadas à agropecuária paranaense, exercendo durante muito tempo uma liderança entre as trabalhadoras rurais em São João do Ivaí. Por diversas vezes se deslocou à Curitiba, Brasília, etc, onde participou de movimentos de agricultores e/ou proferiu importantes palestras em defesa do meio rural. Juntamente com seu esposo, Senhor Elias Schuindt, recebeu em 1984 o Prêmio Produtividade Rural, pelo desvelo com que desenvolveu a agricultura em sua propriedade rural.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência ao Sr. Elias Schuindt.

Sala das Sessões, em 06.05.87.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Com base no Art. 134 § 1.º, inciso VI

do regimento Interno, o Deputado infra-assinado, após ouvido o Plenário, REQUER que conste da Ata da sessão de hoje, um voto de congratulações ao Sr. Mitri Nastás, de Ponta Grossa.

Recentemente eleito, por aclamação, como Presidente da Federação Paranaense de Basquetebol, traz pela primeira vez a sede da Federação para o Interior do Estado.

Doravante, Ponta Grossa será, pelo menos por três anos, a Capital do Basquete Paranaense e passará a receber em seu ginásio de esportes a presença dos mais destacados e consagrados nomes do basquete brasileiro e até mesmo mundial.

Advogado e desportista, Mitri Nastás, hoje à frente da Federação, representa e eleva Ponta Grossa a um lugar de destaque no âmbito nacional do esporte. A ele, as nossas mais sinceras e justas homenagens, não só pelo posto alcançado, mas, também, pela missão a ser desempenhada.

Requeiro que cópia deste expediente seja encaminhada ao interessado.

Sala das Sessões, em 06.05.87

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Com base no art. 134, § 1.º, inciso VI do Regimento Interno, o Deputado que este subscreve, após ouvido o Soberano Plenário, REQUER que, conste em Ata da sessão de hoje voto de congratulações ao Sr. Manoel Henrique Pereira, de Ponta Grossa.

Em ato realizado no Salão Nobre da Prefeitura Municipal, e na presença de pessoas ligadas a vários setores da comunidade pontagrossense, Manoel Henrique Pereira, agropecuarista, mais conhecido no meio rural como "Nonô", foi empossado no último dia 29 de abril, como Presidente da Sociedade Rural dos Campos Gerais.

Na oportunidade, "Nonô" afirmou a reativação do setor jovem da instituição ruralista, através do Grupo Fonoca - Força Nova do Campo, o qual é composto por filhos de produtores filiados à Sociedade. Foram suas palavras: "os jovens devem participar desde já e não apenas quando formos deixando os cargos."

Também é seu objetivo ativar os diversos setores da Sociedade Rural, através da departamentalização.

É com grande satisfação que rendemos nossas justas homenagens ao companheiro Manoel Henrique Pereira.

Requeiro que cópia deste expediente seja encaminhado ao interessado.

Sala das Sessões, em 06.05.87

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, com base no

art. 134, § 1.º inciso VI do Regimento Interno, REQUER que, após ouvido o Plenário, seja constado em Ata dos trabalhos de hoje, voto de congratulações à Rádio Central do Paraná, de Ponta Grossa, que no dia 1.º do mês em curso completou 33 anos de atividades.

Sua programação, voltada ao homem do dia a dia, vem cimentando o slogan "Rádio do jeito que o povo gosta".

Pelos anos de dedicação à comunidade, preocupados em levar as notícias atuais e o lazer aos lares dos Campos Gerais, deixamos registrada aqui a nossa singela homenagem a toda equipe, que de alguma forma contribui com esse importante veículo de comunicação. Parabéns Rádio Central do Paraná.

Requeiro que cópia deste expediente seja encaminhada aos interessados.

Sala das Sessões, em 06.05.87

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, à Mesa da Assembléia, a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de Votos de Congratulações e Louvor pela realização dos Jogos Escolares do Paraná- Copa BAMERINDUS.

A proposição se justifica, considerando que a realização de certames como este devem ser incentivados pelos benefícios advindos, para formação física e mental, da geração que se forma, dos maiores.

Requer, ainda, uma vez aprovada a presente proposição, seja da mesma dado conhecimento ao Senhor Secretário de Educação, ao Senhor Secretário da Cultura e Esporte, à Diretoria do BAMERINDUS.

Sala das Sessões, em 06.05.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, submete à apreciação da Assembléia, a seguinte proposição:

Requer, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de Congratulações, pelo transcurso do trigésimo nono aniversário de fundação do município de Uraí.

Sala das Sessões, em 06.05.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, e na forma regimental, submete à apreciação da Mesa a seguinte proposição:

Requer, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de congratulações e louvor à atriz paranaense DENISE STOKLOS.

A atriz, nascida no Paraná, vem se destacando internacionalmente, levando sua arte aos palcos mais renomados, constituindo-se orgulho para nosso Estado e, encontrando-se presentemente encenando no Teatro Guaíra a peça "Mary Stuart", é a mesma merecedora dos louvores desta Casa.

Requer, ainda, uma vez aprovada a presente proposição, seja dado conhecimento da mesma à atriz e ao Teatro Guaíra (Fundação Teatro Guaíra).

Sala das Sessões, em 06.05.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações a Associação dos Empresários de Araucária (AECIAR) pela inauguração de sua sede própria.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Senhor Celso Gusso, Presidente da Associação.

Sala das Sessões, em 06.05.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Empresários de Araucária AECIAR, inaugurou ontem sua sede própria, localizada na Avenida Araucária, n. 5005, com a presença de grande número de seus associados, autoridades convidadas, bem como com a presença do Ministro do Desenvolvimento Urbano, Deni Shwartz. A Associação já pode contar com estrutura eficiente para levar suas reivindicações aos setores diretamente ligados ao desenvolvimento das atividades produtivas da região.

Com mais de uma centena de empresas instaladas no centro industrial de Araucária, que geram diretamente 8 mil empregos e uma infinidade de empregos indiretos, com a implantação de algumas dezenas de novas empresas, será a curto prazo fortalecido ainda mais o setor industrial da região, cujo objetivo é poder unificar as reivindicações dos empresários instalados no Município de Araucária, tornando a ação da Associação mais forte e representativa. A Assembléia Legislativa esteve representada às solenidades por este Deputado, bem como pelos Senhores Deputados Anibal Khury, Pirajá Ferreira, Orlando Pessuti e Caíto Quintana.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no

uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação em Ata de votos de congratulações à Indústria Cerâmica do Paraná- INCEPA, com sede em Campo Largo, situada na Av. Pe. N. Pigatto, 974, em razão da inauguração de novas instalações e pelos 35 anos de fundação da Empresa, cuja data comemorativa ocorreu no dia 05 de maio.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, se dê ciência ao empresário Augusto da Costa Avila, diretor presidente da INCEPA.

Sala das Sessões, em 06.05.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

A inauguração da ampliação da INCEPA, nos alertou que essa Empresa já está prestando bons serviços ao Estado há 35 anos, criando um pólo de alta tecnologia no ramo da Cerâmica.

A primeira construção tinha apenas 5.500 m² de área construída. Hoje, esta área foi ampliada para 112 mil m² com uma capacidade produtiva que evoluiu de 200.000 m² por ano de cerâmica produzida para os atuais 10,5 milhões de m² por ano. A INCEPA programou investir no ano passado, aproximadamente US\$ 78 milhões, por um período de cinco anos, criando assim milhares de novos empregos e o aumento de tecnologia e da produção paranaense de revestimentos cerâmicos. Isso representa um significativo aumento na arrecadação de tributos e na imagem estadual como produtor de revestimentos cerâmicos de alta qualidade.

As obras que foram entregues oficialmente no dia 05 de maio, referem-se ao moderno forno a rolo, destinado à fabricação de pisos cerâmicos grês, que é a última geração e controlado por computador; ampliando a área industrial do Setor Sul para a produção de novos modelos de azulejos, num total de 7.000m² construídos; e a primeira etapa de expansão da Fundação INCEPA, relativo ao Bloco Médico-Odontológico, que será de grande proveito para os atuais 2.300 empregados, bem como aos que virão a ser contratados no futuro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo-assinado, com base no art. 134, § 1., inciso VI do Regimento Interno, REQUER que, após ouvido o Egrégio Plenário, conste em Ata dos trabalhos de hoje, voto de congratulações à Diretoria da Associação de Proprietários e Moradores do Alagados, no Município de Ponta Grossa.

A entidade é recém oficializada e tem seu nome derivado do fato de que, além dos moradores fixos, há ali também os moradores volantes, ou seja, aqueles que para lá se dirigem nos fins de semana, pois a re-

gião dos Alagados é, indiscutivelmente, um dos recantos de lazer mais procurados pelos pontagrossenses.

Empossada no dia 04 de abril passado, a atual diretoria bem como Presidente o Sr. Ubiratan Menezes do Prado que, com os demais membros, tem como meta principal a conclusão da estrada que conduz até o Iate Clube, hoje em estado precário.

Também é objetivo da diretoria a intensificação de sinalização na estrada, a instalação de um departamento de preservação do meio ambiente, a instalação de terminais telefônicos, iluminação nas áreas de circulação, instalação de um posto de saúde e uma extensão de unidade do Corpo de Bombeiros, dando assim maior segurança aos moradores locais.

Rendemos nossas homenagens a toda equipe da Diretoria da Associação dos Proprietários e Moradores do Alagados, pois, através de seu dinamismo e desempenho, temos certeza, a meta hoje apresentada, amanhã será uma realidade alcançada.

REQUEIRO que cópia deste expediente seja encaminhada aos interessados.

Sala das Sessões, em 06.05.87.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei n. 30/87, de sua autoria, que cria o município de Lindoeste.

Sala das Sessões, em 06.05.87.

(a) DAVID CHERIEGATE.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e, na forma dos artigos 92 e seguintes do Regimento Interno e 134, § 4.º, I, REQUER, após ouvido o Plenário, à Mesa Executiva da Assembléia a convocação do Excelentíssimo Senhor Secretário das Finanças, a fim de que compareça a esta Casa para prestar informações de denúncias, veiculadas pela imprensa, contra a administração do BANESTADO, em especial denúncias divulgadas pelo órgão de divulgação dos funcionários dessa instituição (Contra-Cheque), em anexo.

Sala das Sessões, em 06.05.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

CONTRA CHEQUE

CHEGA DE CORRUPÇÃO

Ao Sr. Governador do Estado do Paraná, Álvaro Dias, Presidente do Banestado e demais autoridades.

É com estranheza e preocupação que nós, funcionários do Banestado, que muito

contribuímos com nosso trabalho para o desenvolvimento do Paraná, que não medimos esforços quando chamados a colaborar com o Banco e demais empresas do conglomerado, seja no cumprimento de metas, seja na compra de ações, estamos assistindo a mais cruel perseguição em nossa empresa.

Por ocasião de nossa justa greve por melhores salários ouvimos do Governador que haveriam demissões no Banestado, a exemplo de outras instituições estatais. Segundo sua palavra, depois confirmada pelo presidente do Banestado, estas demissões estariam totalmente desvinculadas do nosso justo e democrático direito de greve.

Em reunião com a presidência do banco, o sr. Finardi garantiu que qualquer demissão passaria obrigatoriamente pela Comissão de Disciplina, com amplo direito de defesa e recursos para os funcionários.

No entanto, Sr. Governador, o que vem ocorrendo dentro do Banestado, contradiz suas orientações. Todas as demissões verificadas até agora envolvem apenas funcionários de baixos salários sem direito a defesa e recurso.

Sabemos que as demissões fazem parte de seu plano de moralizar a administração, significa acabar com a corrupção que a tantos acostumou e tornou um meio de vida durante a ditadura e ainda continua nos dias da Nova República.

Se sua decisão for realmente de acabar com a corrupção, no Banestado o sr. tem bastante trabalho.

Acreditamos que seu compromisso é com o povo paranaense. Acreditamos também que este compromisso está acima de interesses de grupos, partidos ou pessoas.

Queremos participar democraticamente não só com a moralização de nosso banco, mas com a recuperação do papel social.

Acreditamos que a finalidade básica do Banestado esteja no atendimento das necessidades prioritárias do desenvolvimento sócio-econômico da população paranaense. Devemos evitar que continue a ser o "baú da felicidade" dos corruptos. É com esta intenção que levantamos alguns casos que ocorreram no Banco do Estado do Paraná.

Por isso nós funcionários estamos dispostos a apoiá-lo nas providências que deverão ser tomadas, atinja quem atingir. Exigimos que as providências sejam imediatas, que sejam responsabilizados os implicados em casos de corrupção e que as denúncias sejam criteriosamente esclarecidas, não somente para os funcionários do Banestado, mas para toda a população paranaense, que tem sido constantemente espoliada em seu patrimônio.

São vários os escândalos em que o Banestado esteve envolvido nos últimos anos: Pinheirão, Atalla, Brasilinvest, Trol-He-

ring, Banco del Paraná, isto para citar alguns que já são do conhecimento de todos.

Em momento algum, funcionários de alto escalão responderam a inquéritos administrativos para apurar responsabilidades em casos de corrupção. A impunidade é tão gritante que atualmente surge um novo escândalo de dólares na agência do Rio de Janeiro, onde o gerente, Sr. Sarur, é o mesmo que estava envolvido no escândalo dos dólares no Banco del Paraná, no Paraguai. Naquela ocasião, como agora, o Sr. Sarur não responderá a qualquer processo e os prejuízos serão debitados ao funcionalismo e ao povo paranaense. Paralelamente a isto, dois sindicalistas no Rio de Janeiro foram demitidos por terem recorrido à justiça contra arbitrariedades cometidas pelo Banestado. É inconcebível que quem procura seus direitos seja demitido enquanto quem lesa o estabelecimento e o povo paranaense seja promovido.

A corrupção nos tempos da ditadura criou condições para que um grupo de funcionários chegasse ao segundo escalão do Banestado. Através de cumplicidade com as diretorias, alguns funcionários chegaram a posições influentes, onde é facilitado o tráfico de favores. A Fundação e a Associação não ficaram fora deste esquema. A Funbep, por exemplo, que arrecada uma taxa mensal de cada funcionário para sua aposentadoria, não consegue equiparar o salário dos aposentados com os vencimentos dos ativos, alegando não ter finanças para tal. No entanto a Funbep arruma dinheiro para conceder empréstimo a um alto funcionário, de 250 mil cruzados, quando o teto estabelecido é de 45 mil e ainda tendo como limite o dobro do salário.

A tentativa de moralizar o setor público tem atingido pequenos funcionários. São buscadas razões mais absurdas para demissão, como alcoolismo e toxicomania, esquecendo que estes seriam casos de busca de tratamento e não de dispensas.

Sem dúvida não é com atitudes desumanas, como demitir um funcionário por ser alcóolatra ou porque chega atrasado, que estaremos moralizando o Banestado. Acreditamos somente que medidas esclarecedoras dos casos citados é que contribuirão efetivamente para o saneamento do banco.

O banco tem argumentado não estar em condições financeiras para atender nossas justas reivindicações salariais. No entanto, elas existem para decisões ilícitas que favorecem o enriquecimento fácil de grupos econômicos e pessoas físicas. Exemplo disso é a vista grossa que a diretoria de Recursos Humanos faz para o caso de Darci Caetano Costa, ex-diretor aposentado, representante do Banestado em Nova Iorque, que, para não fazer nada, recebe

por mês 12 mil dólares, equivalente a 330 mil cruzados no câmbio oficial.

Não queremos pagar por isso. Não queremos pagar pela incompetência administrativa de diretorias antigas e atuais. Não vamos mais arcar com este ônus. Muito pelo contrário, vamos continuar com a cabeça erguida, exigindo nossos direitos como bancários e como cidadãos.

Antes que o Banestado passe a frequentar as páginas policiais, nós exigimos:

1 - Comissão de alto nível, indicada pelo Presidente do Banestado, com representantes das Entidades Sindicais, para apurar a responsabilidade dos funcionários do alto escalão nos escândalos e estabelecer a conexão da corrupção no Banestado.

2 - Auditoria financeira na Funbep Associação Banestado.

3 - CPI da Assembléia Legislativa, pois há interesses do povo paranaense em jogo.

4 - A volta dos 14 funcionários demitidos irregularmente.

5 - Que todos os funcionários, de agora em diante, tenham suas demissões avaliadas pela Comissão de Disciplina; que seja garantido o direito de defesa e recursos e que seja assegurada a presença do acusado nesse fórum.

Sugerimos ainda que na hipótese de uma CPI ou de uma auditoria financeira não trazerem resultados satisfatoriamente esclarecedores, que os casos sejam entregues ao superintendente da Polícia Federal, Sr. Romeu Tuma, que se tornou um especialista no desbaratamento de quadrilhas e no estabelecimento de conexões. Razões existem, pois o que acontece no Banestado assemelha-se a táticas mafiosas, onde um acoberta o outro, estabelecendo um grupo fechado e influente, envolvendo desde políticos, empresários, fazendeiros, diretores de bancos e até gerentes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja remetido ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, Engenheiro Heinz Georg Herwig, solicitando o asfaltamento da Avenida Getúlio Vargas, no Município de Verê.

Sala das Sessões, em 06.05.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

JUSTIFICATIVA:

A implantação asfáltica na Avenida Getúlio Vargas, a segunda mais importante via do Município do Verê, se faz necessária e urgente para a complementação do programa de acesso ágil aos demais municípios da região sudoeste. Antiga reivindicação da comunidade pela segurança que irá

propiciar aos munícipes, esta providência se faz justificada também pela compatibilidade do desenvolvimento e crescimento do Município, que vem se tornando um dos mais progressivos do Estado. A agilização e pronto atendimento a essa antiga reivindicação seria oportuna, neste momento em que vem sendo implementado o asfaltamento do trecho Verê-Francisco Beltrão com o aproveitamento da própria empreiteira, que poderia complementar a obra, asfaltando a referida avenida.

Uma vez aprovado, seja dada ciência à Prefeitura Municipal de Verê e respectiva Câmara de Vereadores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias, no sentido de determinar estudos para o asfaltamento da PR-364, ligando São Mateus do Sul a Engenheiro Gutierrez no Município de Irati.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência aos Senhores Prefeitos, Vice-Prefeitos e todos os Vereadores de São Mateus do Sul, Rebouças e Irati.

Sala das Sessões, em 06.05.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

A implantação de asfalto na PR-364, trecho compreendido entre São Mateus do Sul a Engenheiro Gutierrez, é anseio não somente da comunidade daquela região, como de toda a população que se serve daquela rodovia, concretizando a ligação definitivamente entre toda a Região Sul do Estado com os grandes centros, beneficiando uma região que foi sempre relegada pelos governos autoritários.

É possível sentir e viver hoje a transformação de governo democrático, preocupado e compromissado com as mudanças, as quais está a promover, sempre contando com o apoio e a participação do povo do Estado.

Hoje, a população daquela vasta região produtora está angustiante à espera do asfaltamento da rodovia PR-364, que certamente reativará o progresso e a qualidade de vida da população eminentemente trabalhadora.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias, no sentido de determinar estudos para o asfaltamento da PR-151,

trecho que liga São Mateus do Sul à Barranca do Rio Negro, frontal ao Município de Três Barras, no vizinho Estado de Santa Catarina.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Vice-Prefeito e todos os Senhores Vereadores de São Mateus do Sul.

Sala das Sessões, em 06.05.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Confirmando nossas reivindicações anteriores, bem como o ofício n. 663/87/GPA, de 29 de abril último, que anexamos a este, voltamos novamente ao assunto para reiterar e transmitir apelo que nos é reivindicado pelos diversos segmentos do setor produtivo daquela região.

A concretização do asfaltamento da PR-151, ligando São Mateus do Sul à Barranca do Rio Negro, frontal ao Município de Três Barras, no vizinho Estado de Santa Catarina, beneficiará uma região eminentemente produtora, que certamente incrementará ainda mais o desenvolvimento, bem como encurtará distâncias ao tráfego de veículos.

A história da região, com o correr dos anos, foi crescendo, e recebendo migrações que permitiram um desenvolvimento significativo marcado sempre por muito esforço, principalmente aquele despendido pelo pequeno produtor. Entretanto, a região chegou ao ponto de estagnação por falta de uma estrada à altura do seu desenvolvimento.

A renovada fibra do povo da comunidade diz muito a todos que amam aquela região e a ela devotam a melhor de suas energias, razão por que esperam do nosso Governador determinações para atendimento às aludidas reivindicações.

Of. n. 663/87/GPA

Curitiba, 29 de abril de 1987.

Em atenção ao ofício n. 40/87, procedente da Câmara Municipal de São Mateus do Sul, vimos solicitar as determinações de Vossa Excelência no sentido do asfaltamento da PR-151, trecho que liga São Mateus do Sul à Barranca do Rio Negro, frontal ao Município de Três Barras, no vizinho Estado de Santa Catarina.

Confiantes no total apoio de Vossa Excelência para a concretização do referido asfaltamento, que beneficiará uma região eminentemente produtora, antecipamos agradecimentos, e, na oportunidade, reiteramos protestos de elevada estima e distinguida consideração.

Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI.

Presidente

Excelentíssimo Senhor

Doutor ÁLVARO DIAS
Digníssimo Governador do
Estado do Paraná
Nesta Capital

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

SÚMULA: Requer seja solicitada ao Ministro da Fazenda e ao Presidente do Banco Central, a revogação da Resolução n. 1.154/86 que institui a cobrança de encargo financeiro sobre passagens e câmbio para viagens ao exterior e Circular n. 1.143/87, da Diretoria de Mercado de Capitais, que limitou os depósitos em Cadernetas de Poupança, até o dia útil imediatamente anterior, quando o início do período coincidir com sábados, domingos ou feriados.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o encaminhamento de ofícios para os Excelentíssimos Senhores Luiz Carlos Bresser Pereira, Digníssimo Ministro da Fazenda e Fernando Milliet, Presidente do Banco Central do Brasil, solicitando a imediata revogação da Circular n. 1.143, da Diretoria de Mercado de Capitais, que regulamentou a remuneração das Cadernetas de Poupança e da Resolução n. 1.154/86, até o dia 30 do corrente mês de maio, por contrariarem a legislação vigente, em flagrante prejuízo àqueles que atenderam aos apelos do Governo e efetuaram depósitos em cadernetas de poupança, bem como aos viajantes, que no momento são obrigados a recorrer ao mercado paralelo da moeda estrangeira, dada a taxação irregularmente aplicada através de uma Resolução que extrapolou os limites permitidos pela Lei n. 4.131/62, usada como norma legal permissiva de tal cobrança.

Sala das Sessões, em 06.05.87.

(a) DAVID CHERIEGATE.

JUSTIFICATIVA:

O signatário da presente foi surpreendido no dia 4 do corrente mês, quando os estabelecimentos bancários, cumprindo o disposto na Circular n. 1.143, de 18 de março de 1.987, da Diretoria de Capitais do Banco Central, orientavam os portadores de cadernetas de poupança a abrirem novas contas para depositarem os valores que pretendiam creditar nas contas com "aniversário" nos dias 1^o, 2 e 3 de maio.

Surpresa maior ocorreu quando soube que somente os depósitos efetuados na sexta-feira, dia 30 de abril, seriam remunerados durante o mês, mas, no caso de saques, estes somente poderiam ser procedidos após o dia 4 de maio.

A medida parece-nos absurda, sob o aspecto legal, ao estabelecer dois pesos e duas medidas, uma a favor do banco e outra

contra o titular da caderneta de poupança! A propósito, o artigo 125 do Código Civil, estabelece que "considerar-se-á prorrogado o prazo até o seguinte dia útil", quando este terminar em feriado.

Por outro lado, as Resoluções n. 1.245 e 1.236, mencionadas na referida Circular, não autorizam tal entendimento.

Da mesma forma, a Resolução n. 1.154, de 23 de julho de 1.986, do Banco Central, ao exigir até o dia 31 de dezembro do ano de 1.987, o pagamento da taxa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor de passagens e de câmbio para viagens internacionais, invocou o art. 29, da Lei n. 4.131, de 3 de setembro de 1.962, como norma legal permissiva de tal cobrança.

Todavia, o parágrafo único do mesmo artigo 29, limita o prazo máximo dessa faculdade impositiva, em 150 (cento e cinquenta dias), consecutivos ou não, durante o ano.

Ora, no dia 30 de maio terão decorridos os 150 dias, e o prazo fixo na Resolução não poderá ultrapassar o prazo previsto na Lei Federal na qual se fundamentou.

Esses argumentos estão contidos em Notificação Judicial protocolada sob n. 13.684, que foi dada entrada junto à Justiça Federal em 27 de abril próximo passado, que tem por objetivo alertar as autoridades da área econômica sobre tais irregularidades e prevenir responsabilidades, da qual extraímos os dados aqui mencionados.

Esperamos que o presente requerimento seja aprovado, com o propósito de que sejam tomadas as medidas necessárias para que sejam anulados os efeitos da Circular n. 1.143/87 e disciplinado corretamente o prazo de vigência da Resolução n. 1.154/86 do Banco Central.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiada ao ilustre Secretário de Estado da Agricultura, Senhor Osmar Dias, bem como ao Diretor-Presidente da CEASA, Senhor Jorge Miguel Sammek, a solicitação abaixo citada:

- Implantação, em conjunto com a Prefeitura Municipal de Guaíra, de Projeto de Abastecimento de Alimentação Básica, através das Centrais de Abastecimento do Paraná - CEASA, para atendimento à população, principalmente para o extrato social de até três salários-mínimos.

Sala das Sessões, em 06.05.87.

(a) NILSON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a condição já existente de uma unidade de abastecimento, construída em gestões anteriores e que até a presente data não sofreu nenhum processo de utilização, venho solicitar a Vossa Excelência e à Empresa competente, a viabilização, junto à Prefeitura Municipal de Guaíra, de projetos que possam ser implementados, a fim de dar utilização ao referido imóvel, atendendo prioritariamente à população carente.

Outrossim, informo que, se em gestões anteriores fizeram construções que não atenderam normas técnicas, não pode a população do município pagar por essa irresponsabilidade.

Hoje, temos um equipamento superdimensionado construído e uma parcela significativa da população de baixa renda, portanto, propomos que se criem condições de operação, a fim de dar plena utilização ao imóvel e atender à população do município.

É importante ressaltar que, já existe no município, a compra comunitária, com cerca de três mil famílias já atendidas, como resultado de um trabalho sem precedente na história administrativa de Guaíra, no setor de fornecimento de produtos alimentícios, tendo inclusive o ilustre Prefeito do município colocado dois veículos da Prefeitura Municipal à disposição integral do citado projeto, o que prova que, com esforço conjunto, é possível superar-se as dificuldades e propiciar ao nosso povo melhorias em sua qualidade de vida.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiada ao ilustre Secretário de Estado da Agricultura, Senhor Osmar Dias; bem como ao Diretor-Presidente da CEASA, Dr. Jorge Miguel Samek, a solicitação abaixo citada:

- Implantação, em conjunto com a Prefeitura Municipal de Umuarama, de Projeto de Abastecimento de Alimentação Básica - através das Centrais de Abastecimento do Paraná - CEASA - para atendimento à população, principalmente para o extrato social de até três salários-mínimos.

Sala das Sessões, em 06.05.87

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

Inúmeras são as manifestações da população de Umuarama junto à Prefeitura Municipal, objetivando a implantação de Projeto de Abastecimento, cuja necessidade se

faz sentir de forma mais acentuada entre as famílias de baixa renda; isto é, de até três salários-mínimos, que enfrentam dificuldades incalculáveis para adquirir produtos básicos de alimentação no mercado comum.

Dáí a urgência de se viabilizar o sistema alternativo de abastecimento, seguindo exemplos realizados com sucesso, como é o caso do Mercado Popular, Varejões, Projeto Lavoura, etc.

É oportuno ressaltar que já existe no município o sistema de compra comunitária, beneficiando centenas de famílias de Umuarama, cuja realização é efetivada com a participação do ilustre Prefeito, no esforço de buscar soluções alternativas para melhorar a qualidade de vida da população local.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

SÚMULA: Aumento do valor do VBC e diminuição da participação do agricultor com recursos próprios para o plantio da safra de trigo/87.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas para que seja concedido o aumento nos percentuais liberados através do VBC para subsidiar a lavoura do trigo, considerando-se que os índices atualmente praticados não atendem as necessidades básicas dos produtores.

1. Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Senhor José Sarney.

2. Ministro da Agricultura, Senhor Iris Resende.

3. Governador do Estado do Paraná, Senhor Álvaro Dias.

4. Secretário de Estado da Agricultura, Senhor Osmar Dias.

Sala das Sessões, em 06.05.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

A maioria dos triticultores do Paraná estão desistindo de plantar trigo, devido aos níveis insatisfatórios de recursos liberados para subsidiar esta cultura, o que levará fatalmente a uma queda acentuada na área de plantio. Os agricultores vivem um momento de expectativa e incerteza enquanto aguardam as definições das novas regras para o financiamento da safra de 1987.

Na segunda quinzena de março, o Governo Federal fixou a política do trigo da seguinte forma: o VBC aprovado para o nível de tecnologia recomendada (nível 02), que atinge a maioria dos triticultores paranaenses, foi de Cz\$ 5.844,40 (cinco mil, oitocentos e quarenta e quatro cruzados e quarenta centavos) por hectare, o que se-

ria adequado se fosse liberado integralmente. Porém, como os médios e grandes produtores têm direito a somente 50 e 60% destes valores, respectivamente, e que na primeira parcela são liberados 55%, os recursos disponíveis (entre Cz\$ 1.607,21 e Cz\$ 1.928,65/ha.) são insuficientes mesmo para médios produtores para adquirirem sementes e fertilizantes, pois só para a semente seriam necessários Cz\$ 1.566,00/ha., visto que o uso recomendado é de no mínimo 180 kg/ha. e a previsão de preço da semente de trigo, do tipo CULTIVARES MEXICANAS, para maio, é de Cz\$ 435,00 por saca de 50 kg.

Os triticultores reivindicam junto à área federal que o percentual de adiantamento seja de pelo menos 70 e 80%, respectivamente, para grandes e médios produtores, o que possibilitaria cobrir, além de despesas com sementes, uma parte das despesas com fertilizantes na primeira liberação. Há, portanto, a necessidade de serem tomadas com urgência medidas estimulantes para a triticultura, para que não se confirme a expectativa de uma queda de aproximadamente 35% na área de plantio deste ano com relação ao ano anterior.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando imediata retirada do depósito compulsório na compra de veículos.

1. Presidente da República, José Sarney;
2. Ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira;
3. Ministro da Indústria e Comércio, José Hugo Castello Branco.

Sala das Sessões, em 06.05.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

O setor de venda de automóveis apresentou uma queda de 33,8% nas vendas durante o primeiro trimestre deste ano, em comparação com o mesmo período do ano passado, o que corresponde a 80.000 veículos. Já é hora de ser analisado o excesso de tributação neste segmento de mercado, que é considerado nos demais países como o veículo mais barato do mundo, após saírem da linha de montagem, e depois de taxados os impostos, passa a assumir a posição de veículo mais caro do mundo.

As montadoras de veículos, tem deixado de vender seu produto, devido ao exagerado aumento no custo final depois de computados os impostos. Conseqüentemente, o Governo deixa de arrecadar impostos, e "é hora de o Governo aceitar a realidade de

que 100% de zero é zero", conforme comenta o Senhor Carvalhinho - Presidente da Associação Brasileira.

Se isto não for encarado com bom senso pelo Governo Federal, dentro em breve teremos um agravamento no processo recessivo do setor, acarretando uma redução na arrecadação. Além disso não podemos também deixar de considerar o aspecto social, um problema que sem dúvidas afloraria, devido às demissões em massa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Diretor-Presidente das Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, solicitando-lhe estudos para viabilizar a instalação de uma rede telefônica no Distrito de Jussara, no município de Kalorê.

Sala das Sessões, em 06.05.87.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO.

JUSTIFICATIVA:

O presente expediente é apresentado baseando-se nas reivindicações da população daquele Distrito, tendo em vista a necessidade da instalação de telefones particulares, uma vez que a localidade só conta com o PS, o que vem trazendo uma série de dificuldades para os moradores, especialmente nos casos emergenciais, em que qualquer tipo de comunicação é indispensável.

Por tratar-se, seguramente, de uma justa reivindicação, e por entender que a instalação de uma rede telefônica beneficiará em muito um distrito que possui estrutura, população e condições econômicas suficientes para tal, espera-se por parte dessa Companhia, o pronto atendimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Odeni Villaga Mongruel, Digníssimo Diretor-Presidente da COHAPAR-Companhia de Habitação do Paraná, no sentido de solicitar urgentes medidas, para a obtenção de imediatas soluções aos problemas enfrentados pelos proprietários de unidades residenciais no Conjunto Habitacional II, denominado São Cristóvão, em Umuarama.

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Odair de Vicente, Digníssimo Vereador do município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 06.05.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

JUSTIFICATIVA:

Os Conjuntos Habitacionais, não raras vezes, apresentam problemas antes, durante e principalmente após a sua construção, quando o mutuário, eufórico com a realização de seu maior sonho, começa a ter dis-sabores diante de tantos problemas apresentados pela obra. São desabamentos, encanamentos mal feitos, serviços inacabados, desvalorizando o imóvel e inclusive, com riscos de vida à família moradora.

Não há como apurar a responsabilidade, pois a Companhia a atribui à Construtora e, esta se esquivava alegando que com a obra entregue cessam seus compromissos.

Outro problema sério enfrentado pelos moradores destes conjuntos se refere à falta de infra-estrutura básica, coleta de lixo, escoamento de água de chuva, esgoto, pavimentação asfáltica, etc.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente urgente às autoridades abaixo nominadas, propondo ensino gratuito nas universidades estaduais do Paraná (Maringá, Londrina e Ponta Grossa), consoante art. 142 da Constituição do Estado.

1. Governador Álvaro Dias;
2. Secretário de Estado da Educação.
Belmiro Valverde Jobim Castor;
3. Secretário de Estado de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, Ascêncio Garcia Lopes;
4. Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Francisco Borja Magalhães;
5. Secretário de Estado das Finanças, Luiz Carlos Jorge Haully.

Sala das Sessões, em 06.05.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

1. Sabe-se que hoje a grande maioria dos universitários é constituída de assalariados ou de filhos de assalariados, os quais possuem, portanto, poucos recursos para investirem em altos custos das mensalidades;

2. Os mesmos estudantes, em razão até de sua própria subsistência, não possuem condições de obter acesso bibliográfico e ainda moram em lugares inadequados (repúblicas ou pensões).

3. As entidades como CNBB, Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, SBPC e Conselho dos Reitores do Paraná, já manifestaram apoio irrestrito com relação ao ensino público e gratuito nas instituições de ensino estaduais a nível superior.

4. Faz-se necessário o integral cumprimento do art. 142 da Constituição do Estado do Paraná, em vigência o que virá impedir a eletização do ensino superior

neste Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas, no sentido de que não se perpetre o propalado fechamento da Agência do INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ, na Cidade de Maringá, deste Estado do Paraná, pelas razões contidas na justificativa anexa.

1. Ministro de Estado da Indústria e Comércio, Excelentíssimo Senhor Doutor José Hugo Castelo Branco;
2. Governador do Estado do Paraná, Senhor Álvaro Dias;
3. Secretário de Estado da Agricultura, Engenheiro Agrônomo, Senhor Osmar Dias;
4. Secretário de Estado da Indústria e Comércio, Doutor José Carlos Gomes de Carvalho;
5. Presidente do IBC, Dr. Jorio Dauter Magalhães e Silva;
6. Gerente Regional do IBC, Agência de Maringá, Engenheiro Agrônomo Rafael Streser.

Sala das Sessões, em 06.05.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

Este Deputado, interpretando os anseios das entidades de classes e da população em geral da região de Maringá, sente-se apreensivo quando vê noticiado nos órgãos de comunicação social o iminente fechamento da Agência do Instituto Brasileiro do Café, na Cidade de Maringá, sem que se dê às partes interessadas os fundamentos ou critérios que poderão levar à liquidação a referida agência, pelo que, veementemente, contesta tal ato, que pelos motivos abaixo nominados, por si só enseja os fundamentos que por certo impedirão a consecução da medida, que violenta todos os princípios básicos de racionalização econômica e administrativa.

A área de jurisdição da agência regional de Maringá é de 72.559 km², tendo uma população cafeeira (em número de covas) no montante de 331.215.989, o que representa 60% do parque cafeeiro do Paraná. A agência local representa 122 municípios cafeeiros, o que significa 40% dos municípios do Paraná. A agência regional adquiriu referente a safra 86/87 um milhão de sacas de café gerando um ICM na ordem de Cz\$... ...450.500.000,00.

A produção prevista para a safra de 87/88 é de quatro milhões e meio de sacas, com uma previsão de ICM a ser gerada na ordem de Cz\$ 1.468.800.000,00. Pelas suas atividades desenvolvidas nesta importante área de produção no tocante às atividades

voltadas para o amparo da lavoura cafeeira, no que tange aos aspectos de assistência técnica, pesquisa, aplicação de nova tecnologia, onde se destacam os seguintes programas:

- Campanha de renovação de cafezais produtivos;
- Campanha de melhoria de qualidade dos cafés produzidos;
- Campanha de controle da ferrugem e bicho mineiro;
- Produção de mudas e sementes fiscalizadas de café;

Destaca-se mais:

- Assistência técnica à lavoura cafeeira e viveiros comerciais de mudas;
- Importantes atividades desenvolvidas na área de pesquisa e experimentação;
- Fundamental trabalho desenvolvido na área de comercialização interna;
- Desenvolvimento de atividades concernentes ao escoamento da produção e de vendas para o exterior;
- Execução de compras governamentais de café, pelo preço mínimo de garantia estabelecido pela autarquia;
- Preparação e padronização de cafés do estoque governamental para embarques aos entrepostos existentes no exterior;
- Fiscalização à industrialização e comercialização dos torrefadores e moageiros de café;
- Fiscalização e repressão ao descaminho de café para o exterior;
- Conservação e manutenção do estoque governamental de café.

Por todos os serviços ora relacionados, pela sua importância ao parque cafeeiro nesta região localizado, pelas características de pólo regional da cidade de Maringá, é que este Deputado não gostaria de ver a cidade de Maringá mais uma vez preterida, injustamente, com o fechamento da Agência Regional do IBC - Instituto Brasileiro do Café.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, Dr. Osmar Fernandes Dias, ofício no sentido de solicitar providências para implementar laboratório da sanidade junto à Estação Experimental do IAPAR, no Município de Pato Branco/PR.

Sala das Sessões, em 06.05.87.

(a) NEREU MASSIGNAN.

JUSTIFICATIVA:

A instalação de um laboratório da sanidade, junto à Estação Experimental do IAPAR, no Município de Pato Branco, região sudoeste do Estado, ressen-te-se da carên-

cia de técnicos qualificados e auxiliares com treinamento prévio, para desempenhar as funções de atendimento que se fazem necessárias. Justifica-se esta iniciativa, pois a mesma irá se configurar em importante apoio às pesquisas e ao diagnóstico ágil de doenças que comumente atingem ou porventura venham a atingir a área da suinocultura.

Uma vez aprovado este, seja dada ciência à Associação dos Municípios do Sudoeste Paranaense - "AMSOP"- às Prefeituras Municipais integrantes da mesma e às respectivas Câmaras Municipais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, em pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Luiz Carlos Bresser Pereira, Ministro da Fazenda, solicitando que tome as providências necessárias para que se firme convênio entre o Ministério da Fazenda e o Estado do Paraná, envolvendo as Polícias Civil e Militar, para que juntas e coesas, estabeleçam formas de inspecionar a cidade de Foz do Iguaçu no Estado do Paraná, com o objetivo de combater o contrabando na Ponte da Amizade.

Sala das Sessões, em 06.05.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI.

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná, pela sua localização, é passagem obrigatória para o escoamento de mercadorias que vão ilegalmente para o exterior, via Paraguai.

A Fiscalização da cidade de Foz do Iguaçu, principalmente na Ponte da Amizade, é atribuição da Receita Federal, que não tem poupado esforços no sentido de impedir a passagem de mercadorias.

Entretanto, cabe à Receita cumprir com atribuições alfandegárias, quando o combate ao contrabando é uma operação mais complexa.

Criminosos comuns são livres de ir e vir, ameaçando a paz e a segurança, pois a Receita não tem a função nem o poder de efetuar prisões.

O prejuízo material que o contrabando traz para o Estado do Paraná, e evidentemente para o Brasil, é apenas uma das conseqüências, pois o abalo moral é igualmente nocivo, e pode vir a interferir na imagem que a duras penas, a Nação vem reabilitando perante outros países, nos campos político, social, cultural e econômico.

Um convênio que viesse a ser firmado entre o Ministério da Fazenda e o Estado do Paraná, autorizando suas Polícias Civil e Militar a participar da fiscalização da Ponte da Amizade, na cidade de Foz do Iguaçu, viria a beneficiar o combate ao contrabando, uma das metas prioritárias do

nosso Governo Estadual na área de Segurança Pública.

Definidas as funções e acordado o compromisso de livrar o Estado dessa forma objetiva de crime organizado, a partir principalmente de sua realidade física, as forças competentes estarão unidas, e nos objetivos a serem atingidos se confundirão o bem-estar do homem, a integridade das soberanias pátrias, e a liberdade.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer informações da Secretaria de Estado do Planejamento.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Secretário de Estado do Planejamento, Dr. Francisco de Borja Batista Magalhães Filho, solicitando informações sobre os valores repassados, e a repassar, pelo PRAM-Programa de Ação Municipal, aos municípios por ele representados, bem como informações sobre as prioridades dos mesmos e/ou de como e onde os valores repassados pelo PRAM são aplicados, em especial nos municípios seguintes: Cândido de Abreu, Ivai-porã, Jardim Alegre, Manoel Ribas e São Pedro do Ivaí.

Sala das Sessões, em 06.05.87.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

As informações solicitadas com relação aos valores repassados pelo PRAM, bem como as prioridades dos municípios em que são aplicados tais recursos, são de grande valia para acompanharmos de como e onde esses valores repassados são aplicados, dando condições para que desse modo, e de posse de tais dados, possamos melhorar a nossa atuação como Parlamentar e como representante dos municípios com os quais temos compromissos, melhorando, conseqüentemente o necessário apoio aos Senhores Prefeitos Municipais, e às respectivas comunidades.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 58/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica criado o Município de LINDOESTE, com território desmembrado do Município de Cascavel, sede na localidade do mesmo nome e divisas abaixo descritas:

- começa na margem esquerda do Rio Gonçalves Dias na foz do Córrego Branco ou São Lourenço, descendo por este rio, margem esquerda, até a divisa intermunicipal de Cascavel com Capitão Leônidas Marques. Deste ponto, segue em direção leste, sempre por esta divisa seca, até o Rio Andra-

da, segue pelo Rio Andrada, pela margem direita, sentido norte até a foz do Córrego Diamante, por este córrego pela sua margem direita até sua nascente, seguindo daí em linha reta e seca até a nascente do Córrego que divide a Fazenda da Paz, de propriedade Galafassi, com a fazenda de propriedade do Sr. Barbosa, por este córrego até a foz no Rio da Paz, descendo por este rio pela margem esquerda até a foz do Córrego Mangabeira, e pelo Córrego Mangabeira, subindo pela sua margem direita até a foz do Córrego Mamangava, e por este córrego subindo até a foz do Córrego Mus-sambinho, e por este até sua nascente seguindo daí em linha reta e seca em direção à nascente do Córrego Branco ou São Lourenço atravessando a BR-182 e por este Córrego descendo pela sua margem esquerda até a sua foz no Rio Gonçalves Dias, ponto inicial da demarcação.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.05.87.

(aa) ANTONIO ANNIBELLI,
DAVID CHERIEGATE e
GERNOTE KIRINUS

PROJETO DE LEI N. 59/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Professores de Santana do Itararé, sediada à rua Paraná n. 72, no Município de Santana do Itararé, neste Estado.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 06.05.87.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora propomos seja declarada de utilidade pública, está sediada à rua Paraná n. 72, no Município de Santana do Itararé - Paraná. Foi fundada em data de 23 de outubro de 1985, com seu Estatuto devidamente registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Wenceslau Braz, sob n. 033, fls. 114, do Livro A-1-Pessoa Jurídica, em data de 11 de março de 1986.

A entidade se propõe a prestar assistência aos educandos, estreitar o relacionamento entre pais e professores, bem como, atender ao princípio da melhoria da qualidade de ensino nas escolas.

Seus objetivos não visam fins lucrativos, conforme se infere do art. 2.º do seu respectivo Estatuto.

Por essa razão, submeto a aprovação dos ilustres Deputados o presente Projeto, em razão do preenchimento dos requisitos

exigidos pela Lei n. ... de 10.01.1978.

PROJETO DE LEI N. 60/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Beneficente São Francisco de Assis, fundada em 26 de julho de 1985, com sede e foro no Município de Boa Vista da Aparecida.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.05.87.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Beneficente São Francisco de Assis, existe desde o dia 26 de junho de 1985, sendo uma entidade sem fins lucrativos e de caráter puramente assistencial.

A sua principal finalidade é o amparo às famílias carentes econômica e moralmente, sem distinção de raça, cor, sexo, idade, religião, língua e ideologia política.

A entidade tem como objetivo suprir economicamente aos indigentes, com o mínimo necessário para sua sobrevivência, eliminando, assim, a mendicância nas ruas; socorrendo, por tempo limitado, as pessoas inválidas, agenciando empregos e colocações honestas dentro de suas aptidões; promover, ainda, a internação dos necessitados em estabelecimentos que lhe proporcionem nutrição, tratamento médico e agasalho, além, de aconselhar aos pais, no sentido, de encaminharem seus filhos à escola e a criação de creches para atendimentos às crianças, e de asilos para os idosos.

Estando em pleno funcionamento, atende às determinações para a qual foi criada e seu desempenho junto à comunidade tem sido da maior relevância.

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 30/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - É criado junto ao gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Assessoria Especial de Apoio às Pessoas Portadoras de Deficiências, com as seguintes atribuições:

I - Elaborar o plano de ação do órgão anualmente, visando estritamente evitar o paralelismo, o atendimento protecionista, a paternalismo e o assistencialismo atrofante que segrega e conduz os assistidos à medicância contumaz...

II - Propor medidas e atividades que

visem a defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiências, buscando a eliminação da discriminação e promover a sua plena inserção na vida econômica, social, política e cultural.

III - Articular-se com demais órgãos públicos, procurando o intercâmbio e a solução para os diversos problemas que afligem essa parcela da sociedade.

IV - Promover seminários, cursos, encontros e outros serviços que possam possibilitar a solução para equalizar os problemas surgidos na área.

Art. 2.º - Assessoria Especial será composta por 4 (quatro) membros, assim indicados:

a) Um representante das associações da área mental;

b) Um representante das associações da área física;

c) Um representante das associações da área auditiva e;

d) Um representante das associações da área visual.

Parágrafo Único - Os membros indicados neste artigo terão mandato de quatro anos, podendo ser renovado e a coordenação caberá à Mesa da Assembléia Legislativa do Estado.

Art. 3.º - As propostas definidas e encaminhadas pela Assessoria Especial serão submetidas à aprovação da Mesa da Assembléia Legislativa, que determinará a sua execução e cumprimento.

Art. 4.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.05.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Há necessidade de se evitar a institucionalização crônica da população portadora de deficiências. Também vemos que os movimentos organizados, notadamente o do Estado do Paraná, através da Federação Paranaense de Entidades de Deficientes Físicos e outros das demais áreas, são sólidos, crescentes e desfrutam de invejável posição no contexto nacional pela expressiva liderança de sua gente; também é crescente a atuação dos órgãos públicos nesse serviço.

Os obstáculos existentes nas edificações, por exemplo, assim como no meio urbano, constituem grande entrave para a integração e garantia dos direitos de todos os que tenham limitação de locomoção. Uma lesão permanente no sistema locomotor ou sensorial, por si só, não torna uma pessoa incapacitada. Esta incapacidade é sempre relativa com consequência de barreiras impostas aos que diferem de algum modo dos padrões da "normalidade" vigentes.

Também julgamos importante a realização de palestras, cursos, seminários visando a integração e a conscientização do

portador de deficiência no que tange às suas potencialidades para participação ativa no próprio contexto social. Havemos que incentivar a realização de uma programação de esportes destinada aos portadores da deficiência, procurando dotá-los de franquias que lhes permitam atividades salutares.

Por essa razão e tantas outras, cabe-nos o dever e a eles o direito de dirigir esse serviço na Assembléia pois "o primeiro direito da pessoa deficiente é não sê-lo, logo, são eles os mais preparados para exercer este trabalho na Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Está aprovada a Ata.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - (Valderi Mendes Vilela) - Não há Expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Concedo a palavra ao 1.º orador inscrito, Deputado Nilton Barbosa, no Pequeno Expediente.

Ausente, concedo a palavra ao Deputado Sabino Campos.

O Sr. Sabino Campos - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê):

"Fatos estranhos vêm ocorrendo no Município de Tupãssi, localizado na região Oeste do Estado.

O município está completamente abandonado por parte do Poder Público Municipal. A malha viária local não consegue escoar a safra agrícola, tal o seu estado de degradação. As escolas estão em situação deprimente, falta material e equipamentos. A iluminação pública é deficiente e não existe manutenção nos bueiros. Faltam pontes em diversos obstáculos. E para completar, a cidade e os patrimônios públicos estão completamente sujos e esquecidos.

Enquanto isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, segundo denúncias da população local, o Prefeito Aldori Jandrey, eleito em 82 pelo PDS, não recolhe aos cofres públicos federais os encargos sociais dos valores descontados em folha de pagamento do funcionalismo público, que recebe diretamente da Prefeitura.

Por outro lado, a Câmara Municipal instaurou uma Comissão de Inquérito para averiguar denúncia publicada no jornal "Folha de Curitiba" na edição de 23.3.87, que envolve o Prefeito. Naquela edição o jornal registrou, inclusive com fotos, o Senhor Aldori Jandrey usando o carro oficial da municipalidade para incursões Fora dos Horários Normais, o que configura claramente o uso indevido dos bens públicos para fins particulares.

Mas estes não são os únicos escândalos que envolvem o executivo daquele Município. Há algum tempo foi noticiado pela imprensa regional, e comprovado na Justiça, que funcionários da Prefeitura, com conivência do Prefeito, recebiam salários acumulados através de diversos outros funcionários fantasmas registrados como servidores municipais.

Por estes motivos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, centenas de cidadãos de Tupãssi enviaram um abaixo-assinado à Câmara, solicitando dos Senhores Vereadores providências no sentido do afastamento do Chefe do Executivo, Senhor Aldory Jandrey.

Senhor Presidente e Senhores Deputados. Os fatos denunciados são de extrema gravidade e colocam em dúvida a idoneidade do principal nome público daquele Município. Não se pode, portanto, deixar estas denúncias sem averiguações e sem a punição dos culpados, principalmente, no momento em que o Governador do Estado, Álvaro Dias, dá exemplos de moralização do Poder Público.

A Câmara Municipal de Tupãssi fica, portanto, a responsabilidade e a decisão sobre estes fatos que comprometem, não apenas uma pessoa, mas também o nome e a respeitabilidade do laborioso município.

Por este motivo, acreditamos que os Senhores Vereadores de Tupãssi saberão julgar com isenção, honestidade e firmeza, honrando assim o mandato que lhe foi delegado pelos cidadãos daquele município.

Era o que eu tinha a dizer, Senhor Presidente e Senhores Deputados"

(termina de ler)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Concedo a palavra ao 2.º orador inscrito, Senhor Deputado João Arruda.

O Sr. João Arruda - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

(Lê):

"Ocupo hoje esta tribuna para deixar registrada minha estranheza face às demissões dos Senhores Walter Senhorinho, Valmor Pícolo e Wilson Ganen, das Diretorias que ocupavam no Banco do Estado do Paraná.

Não é preciso dizer que todo ocupante de confiança, no serviço público, está sujeito a perdê-lo a qualquer instante. Essa é uma norma que ninguém ignora.

O que causa espécie, no episódio do Banco do Estado, é a forma como se deu à demissão dos citados Diretores. Eles foram informados à última hora. Não foram ouvidos nem questionados antes da abrupta decisão.

Ora, Senhor Presidente e Senhores Deputados, trata-se, no caso, de três fun-

cionários do próprio Banco, todos com longa e limpa folha de serviços prestados à instituição. São funcionários de capacidade reconhecida e de reputação ilibada. Tanto assim, que foram escolhidos para os cargos de direção, aspiração máxima de todo servidor do Banco.

Além disso, representavam eles, nos cargos ocupados, os treze mil funcionários do Banco do Estado. Pode-se, portanto, muito bem avaliar o impacto que a decisão causou junto a esses servidores.

Aliás, como funcionário aposentado do BANESTADO, se antes aplaudi a decisão do Chefe do Executivo Estadual de prestigiar os funcionários do Banco, confiando onze diretorias a representantes da classe, hoje também me sinto preocupado e entristecido. Afinal, a demissão dos três colegas não foi convenientemente explicada. Muito menos, justificada.

Impõe-se, pois, que o Senhor Governador procure melhor esclarecer os fatos, mandando averiguar o que se passa no Banco do Estado do Paraná. Afinal de contas, nomes honrados, de funcionários competentes e de pais de famílias responsáveis, não podem continuar senão expostos à humilhação e à execração pública, como o foram Walter Senhorinho, Valmor Piccolo e Wilson Ganen, por meros caprichos de quem quer que seja. A esses companheiros, bem como a todos os funcionários do BANESTADO, expresso aqui a minha inteira solidariedade.

Por outro lado, Senhor Presidente, quero também, desta tribuna, reiterar o apelo no sentido de que seja instalada, sem mais demora, a Gerência Regional do Banco do Estado do Paraná em Francisco Beltrão. Criada em 1982, quando de minha gestão à frente da Prefeitura daquele município. A Regional foi desativada um ano depois, por medida de economia, segundo o governador da época. Agora, para atender a dinamização dos trabalhos do Banco na região, ela foi novamente criada, juntamente com as de Umuarama e Santo Antônio da Platina. Questões de interesse político, no entanto, estão retardando sua instalação, o que não se pode admitir.

Dai, o meu apelo à Direção do BANESTADO no sentido de que instale e coloque em funcionamento, o quanto antes, aquela Regional, que irá, sem dúvida, levar grandes benefícios não só a Francisco Beltrão, mas a todos os municípios da Região.

Muito obrigado".

O SR. ANTÔNIO BELINATI - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

A atual legislatura começou muito empolgada, com a presença dos cinquenta e quatro Deputados, que lotavam o Plenário da Assembléia Legislativa, fato até enaltecido pela imprensa, pelos funcionários

da Casa, porque começou, realmente, num ritmo muito acelerado, com um calor, com uma vibração, um comparecimento maciço dos Deputados, fazendo-se acreditar que, nesta legislatura, nós teríamos um comparecimento em grande massa dos Parlamentares eleitos pelo povo.

No entanto, Senhor Presidente, não faz dois meses ainda que houve a posse, que nós começamos oficialmente os trabalhos e o que nós vemos é um Plenário vazio e por esta razão, eu gostaria que V.Exa. fizesse uma verificação para ver se há quorum regimental para haver a Sessão.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência, como V.Exa., entende que não há quorum para prosseguimento da Sessão. E assim como V.Exa. requer, será feita a chamada nominal dos Senhores Deputados, para verificação de quorum.

O Sr. 1. Secretário fará a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(O Sr. 1. Secretário procede à chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Trinta e um Srs. Deputados responderam à chamada. Esta Presidência não considerará como presente o Deputado Paulino José Delazeri por não encontrar-se ele devidamente trajado neste recinto.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Alexandre Ceranto, seguinte orador inscrito.

O SR. ALEXANDRE CERANTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como representante do povo paranaense estou acreditando no Governo do Estado do Paraná, estou acreditando também nos Secretários de Estado.

Mas o que me traz à tribuna hoje, é o meu descontentamento com a ação do Presidente do Banco do Estado do Paraná, porque ele destituiu três Diretores do Banestado. Refiro-me especialmente a um deles, Walmor Piccolo, a quem conheço, e que é uma pessoa de reconhecimento, honesto, sincero, que sempre esteve à frente do Banco do Estado.

Sr. Presidente, essa atitude tomada em relação a esse Diretor não é do nosso agrado, nem pode merecer apoio, porque é uma evidente injustiça. Trata-se de uma atitude impensada do Presidente do Banco do Estado do Paraná. Tal decisão decorreu, segundo consta, porque foi atendida a reivindicação dos compradores de maquinário agrícola, abaixando-se os juros para tais financiamentos. E nessa atitude - realmente de cortesia, pois os demais bancos também ofereceram as mesmas condições - três Diretores acabaram rebaixados dos seus cargos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Acho

que esses funcionários, suas famílias, parentes, bem como a população do Estado do Paraná, ficaram constrangidos com essa atitude do Presidente do Banco do Estado, porque esses homens, de futuro brilhante, vêem este futuro se tornar sombrio, em prejuízo de si mesmos e da própria população do Estado.

Fica aqui, portanto, o meu voto de protesto contra a atitude do Presidente do Banco do Estado do Paraná.

Muito Obrigado.

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Eduardo Baggio).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queremos lamentar profundamente os fatos que estão envolvendo o nome do Banco do Estado do Paraná. Preocupa-me profundamente o fato de que até agora não houve uma explicação em relação ao caso. Ninguém sabe, a imprensa não sabe, nós Deputados, pelo menos da Oposição, não sabemos os reais motivos que levaram o Governo a demitir os três Diretores do Banco do Estado do Paraná.

E nós precisamos, este Parlamento precisa estar atento, precisa estar a par do que realmente está acontecendo na área do Governo. Talvez alguns Parlamentares da Bancada da Situação possam até estar mais a par, possam até esclarecer o caso. Por isto pedimos que ocupem as tribunas desta Casa para esclarecer os demais Pares do que realmente aconteceu em relação ao Banco do Estado do Paraná.

Comenta-se muito em furo de caixa, comenta-se muito acerca de um empréstimo para determinadas pessoas privilegiadas, comenta-se muito a respeito de facções dentro dos grupos de funcionários do Banco do Estado do Paraná. E nós precisamos saber, realmente, o que está acontecendo.

Por que falo isso tudo? Porque todos recebemos em nossos gabinetes o jornal "O Contracheque", que é o órgão de divulgação dos funcionários do Banestado, onde sua principal manchete diz: "Chega de Corrupção!" E na sequência da matéria, dá uma demonstração da real situação em que se encontra o Banco do Estado do Paraná. Afinal de contas é o banco do nosso Estado e precisamos saber, realmente, onde está sendo aplicado o dinheiro que entra neste banco e para onde estão sendo canalizados os recursos do Banco do Estado do Paraná.

Um dos assuntos que mais me preocupa e no qual insisti durante os quatro anos de Vereador em Curitiba, diz respeito ao Estádio do Pinheirão. Aí os Srs. podem per-

guntar: o que tem que ver o Pinheirão com o BANESTADO? Tem a ver sim. O BANESTADO tem a ver com o Pinheirão. E é um negócio muito sério. Tenho um dossiê todo com matérias, com leis, com pareceres, tudo relacionado ao Banco do Estado do Paraná. Confesso que somente hoje localizei, nos meus pertences, no meu arquivo, esta pasta e não tive tempo suficiente de analisá-la. Sei que nesta Casa, segundo o jornal municipalista, aconteceu um simpósio a respeito do Estádio do Pinheirão. Talvez o Deputado Nestor Baptista possa complementar informações a este respeito. Parece-me que o Deputado Ailton Cordeiro também deve ter se posicionado nesta Casa, nos anos passados, a respeito do Pinheirão. E o Pinheirão tem muito a ver com o Banco do Estado do Paraná.

É isto que me preocupa. Tinha este Deputado até a intenção de dar entrada de um pedido de abertura de CPI, nesta Casa, em relação ao Banco do Estado. Mas, me parece que o mais interessante, de momento, seria até a convocação do Presidente do Banestado, Sr. João Finardi a esta Casa, para que viesse esclarecer o que está acontecendo com o Banco do Estado do Paraná. Porque o jornal "Contracheque" fala em vários itens reivindicados pelos funcionários do BANESTADO, como a criação de uma comissão, de alto nível, indicada pelo Presidente do Banestado, com representantes das entidades sindicais, para apurar a responsabilidade dos funcionários do alto escalão em escândalos, e estabelecer a conexão da corrupção no Banestado.

A auditoria financeira na Fundep e Associação Banestado CPI, na Assembléia Legislativa, pois...

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência informa que seu horário está esgotado e dá trinta segundos para V.Exa. concluir o seu pronunciamento.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pois há interesse do povo paranaense em jogo.

Os funcionários do Banestado reivindicam também, a volta dos quatorze funcionários demitidos e que todos os funcionários, de agora em diante tenham as suas demissões avaliadas pela Comissão de Disciplina, e fala também com relação ao Pinheirão.

Por isso nós fazemos um apelo aos Deputados da situação para que concordem com essa iniciativa de trazer a esta Casa, de trazer a este Plenário, o Diretor Presidente do Banestado, a fim de que venha dar esclarecimentos a todos nós Parlamentares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Não havendo mais oradores inscritos no Pe-

queno e nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto à Liderança do PDT se fará uso de seu tempo. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PT.

Com a palavra o Líder do PT, Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Srs. e Sras. colegas Parlamentares, presentes nesta sessão de hoje, demais integrantes e ouvintes.

Uso a tribuna, no dia de hoje para, mais uma vez lamentar os efeitos dessa moléstia nacional, que é a desordem social na qual nós estamos vivendo nos dias de hoje, e que já vem de há muito tempo.

Esta moléstia significa a perseguição que vem sofrendo a classe trabalhadora brasileira num todo e paranaense em particular.

Por outro lado, há liberdade e os grandes favorecimentos como conquistas garantidas da classe dominante, a classe exploradora, aqueles que não trabalham continuam tendo nessa nossa Nação.

A grande imprensa do Paraná noticiou o estado em que se encontram os cofres públicos do Paraná. Vem dizendo que o déficit do Estado está aumentando cada vez mais e é um fato que realmente nós temos que lamentar, pois isso tem muito a ver com o centralismo e com o autoritarismo sob o qual está vivendo hoje a grande maioria da população e os Municípios e o Estado, em relação à estrutura vigente.

Como solução, mais uma vez foi anunciado pelo Governador do Estado, também que quem é que vai pagar o pato, e quem está sendo considerado culpado pela situação que nós vivemos: mais uma vez são os trabalhadores.

Mais uma vez, eu repito, se culpa os trabalhadores, pela crise paranaense e também pela crise nacional.

Será, nobres colegas, será Sr. Presidente, que nós, homens públicos, ainda não entendemos que os que tornam o Estado deficitário não são os trabalhadores?

Será que nós não entendemos ainda?

Será que vamos nos iludir de que esse "deficit" acumulado de dois, quatro bilhões de cruzados se devem a 30%, aproximadamente, de sonegações de grandes grupos, fazendo com que faltem esses recursos nos cofres do Estado?

Vamos coibir isso, ou não?

Será que nós ainda não entendemos que outro tanto, quase 30% dos custos do Estado, dos cofres públicos, são encargos financeiros, e que, para isso, temos que reduzir os nossos empréstimos, e o uso de recursos dos capitalistas banqueiros, deixando de passar dinheiro do Estado para

favorecer esses grupos?

Isso também precisa ser coibido.

E acho que, em nome dos trabalhadores do Paraná, deveriam ser coibidos antes, essas atitudes, os encargos financeiros, e a sonegação fiscal, antes de suspender o gatilho dos funcionários públicos por 60 dias. Porque eu acho que o Estado deveria olhar com outros olhos os trabalhadores, os funcionários públicos, que além de ganharem pouco, a partir de agora, vão ter os reajustes desgastados; vão ter retardado o pagamento de seu reajuste enquanto que, por outro lado, vamos ver esses bilhões na mão da classe dominante, nas grandes indústrias, no mercado financeiro, porque esses têm os seus reajustes liberados à hora que quiserem.

Não sentimos o mesmo interesse, principalmente do Governo Federal, e também do Governo Estadual, demonstrado com relação àqueles que não vivem de seu trabalho, aqueles que vivem do lucro, aqueles que vivem da exploração e aqueles que concorrem com a dominação do homem pelo homem.

É isso que nós gostaríamos também, de ver contemplado por trás da demissão de alguns "Funcionários fantasmas", de alguns "marajás" e de alguns gastos abusivos que realmente estão ocorrendo e em relação aos quais realmente o Governo do nosso Estado está tentando tomar algumas providências.

Então, tem outras providências que nós gostaríamos também de ver contempladas!

Isso sem contar ainda outras, como as do BANESTADO, as da COHAPAR, e outras por aí que já foram denunciadas, e que o Deputado Scarpellini não provou até aqui, aquilo que ele falou na semana passada, na semana retrasada, de que o Governador já estava coibindo os abusos na COHAPAR. Até hoje não nos respondeu aqui neste Plenário, e prometeu que iria responder.

Vai responder?

Então eu vou aguardar. Até quando eu não sei, mas quero ver as providências tomadas.

E, assim, se nós destrincharmos aqui o rol de gastos indevidos com corrupção, veremos que isso é que está causando a desordem econômica e o déficit ficando nos cofres públicos deste Estado. E não mais podemos acreditar que temos que debitar tudo isso na conta dos funcionários públicos, aqueles que estão trabalhando que, queiram ou não, estão prestando serviço público, estes é que estão pagando o pato.

Então temos que desmascarar isso e não podemos mais continuar admitindo que, por trás de uma cortina, existam abusos sendo escondidos!

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, nobres Colegas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Con-

sulto à Liderança do PTB, se fará uso de seu horário.

(Declina).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Havendo declinado, consulto à Liderança do PDS. (Ausente).

Não estando presente, consulto à Liderança do PL. Por oito minutos e meio, tem a palavra o Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sejam as minhas primeiras palavras, de hoje, nesta tribuna, para prestar homenagens aos dedicados e às dedicadas taquígrafas desta Casa. Embora seja o dia 03 de maio, o mais representativo da nobre categoria profissional, consta no calendário oficial, o dia 06 de maio, como o seu dia.

São meus votos, no sentido de que os taquígrafos alcancem, mercê de seus inegáveis méritos, o devido reconhecimento em todas as instituições onde atuem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Lê:

"Seria cômico se não fosse trágico, funcionário público do Paraná terá gatilho, mas com dois meses de atraso. Chega a beirar o ridículo uma afirmação deste porte, quando o empresário em sua atividade privada, negando-se a pagar o gatilho ou pedindo uma moratória deste tipo como faz o Governo do Paraná, sujeita-se a enquadrar-se no que Brasília faz entender como desobediência civil. Estabelece-se aqui, a clara posição do "faça o que eu digo mas não faça o que eu faço", num verdadeiro deboche a esta Nação, manipulada para aceitar o dom de infalibilidade com que parecem estar dotados certos líderes administrativos deste País. Para firmar um ponto de vista e caracterizar um posicionamento da situação, aclaremos os fatos e rememoremos os desencontros que o Governo do PMDB nos proporciona, ou melhor, o Governo da Aliança Democrática, pois lá em Brasília o PFL também preferiu atender o chamamento de Ulysses Guimarães e torpedear campanha pelas "Diretas Já", como se esta fosse uma arma contra a Constituinte.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Fica a impressão, em determinadas manchetes, que querem passar um atestado de ignorância na população brasileira, o conjunto de medidas que em 1986 levaram o PMDB a uma esmagadora vitória, passando como rolo compressor por este País, esbarram agora nos desencontros de um Governo que não consegue encontrar a entrada do túnel. Sinceramente, não consigo entender a distinção que pretende o Governo fazer entre o setor privado e público, quando se trata de cumprir compromisso. Assistimos hoje, a remarcação diária de preços, na

ânsia desesperada do comerciante em chegar a algum lugar, preocupado em não ser apanhado de surpresa por um novo congelamento. E quem falou em congelamento foi o Senhor Bresser Pereira, novo Ministro da Fazenda, acenando com a possibilidade de um novo congelamento que duraria apenas 90 dias. Logo, apressem-se todos para para que na hora do congelamento os preços estejam no pico máximo. Com isso, uma hiperinflação se desenha, fazendo acionar um gatilho cuja arma vira-se contra o empresariado e contra e próprio governo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. O PL não quer provocar o constrangimento do PMDB ou do PFL, liderando hoje este Governo Brasileiro, mas não pode concordar com o atual estado de coisas. Contribuímos também para a transformação democrática mas não podemos aceitar que em nome dela tantos desencontros sejam observados neste País. Se ao poder público, no caso do Estado do Paraná, se permite esta moratória técnica de pagar o gatilho com meses de atraso, porque não se dar, também ao empresário, idêntica situação? É claro que o governo não concorda. Porque então não acabar com a inflação que dispara constantemente o gatilho salarial? Porque não atingir a causa e não as consequências? Por quê, por quê, por quê ... são muitos os "porquês" que estamos ouvindo hoje, quando o Governador Álvaro Dias pretende passar por cima de uma determinação federal, atrasando o gatilho em dois meses. Será que o empresariado paranaense, a exemplo do seu governo terá idêntico privilégio? E quem não aceitar tal situação, enquadra-se na desobediência civil que de Brasília reclamam? Ora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, brincadeira tem hora.

Diz o Governador que o gatilho salarial é um mecanismo perfeito para uma inflação baixa, mas com a inflação atingindo os patamares atuais, acaba por inviabilizar as finanças dos Municípios e Estados. E os empresários?

Será que estes também não estão sendo invilizados?

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Com os preços chegando a alturas nunca dantes alcançadas, o ICM também se reajusta em função do preço das mercadorias. Logo, a alegação do Governo Paranaense não convence, uma vez que a receita estadual se dá noventa dias após a detinação do gatilho, o que ocasiona uma situação insustentável, segundo diz o governo. E o empresariado? Por acaso não tem desculpa ante a incerteza que domina o Governo nas determinações emanadas da ilha da fantasia em Brasília? Não adianta, repito, mais uma vez, buscar desculpa no passado, na falta de uma reforma tributária, quando o problema é de competência no presente. E o

Governo, Senhores, está se mostrando incompetente para administrar a realidade de hoje.

O Governo do País está nas mãos do PMDB. A maioria dos estados brasileiros está com o PMDB. Será que não existe uma forma de se encontrar em todo este conjunto, um denominador comum capaz de analisar friamente, e ver que este tipo de situação que estamos vivendo hoje, representa o desencontro com aquilo que se pregou para a vitória esmagadora de novembro de 1986? Vejo hoje no próprio PMDB, concordância às nossas palavras e críticas ao procedimento do Governo. O PL quer participar deste conjunto de idéias que busca uma solução viável, sem soluções "milagrosas" como esta de congelar o gatilho do funcionalismo estadual por 60 dias.

Por quê este privilégio do setor público estadual quando a produção garantida pelo setor privado não tem a mesma condição? Não pregamos a desobediência civil, absolutamente, pregamos, isto sim, o bom senso na análise de uma situação: que Sarney deixe de sonhar a ferrovia Maranhão-Brasília, que como bem disse Affonso Camargo, pretende ligar nada com coisa nenhuma, e acorde para o que está acontecendo no País; que os políticos do PMDB em Brasília acordem e vejam que mais importante do que o mandato de Sarney é a solução da crise econômica que faz roncar a barriga de milhões de brasileiros; que a cobrança de dívidas federais para com o Paraná, como da inundação de nossas terras para gerar energia para outros Estados, sejam pagas para garantir os cofres públicos de recursos para enfrentarem situações como esta de um orçamento em vermelho; que dívidas como a da Central do Paraná que se arrasta há muitos e muitos anos, deixem de ser roladas como o faz o Brasil com sua dívida externa; que aquilo que produzimos venha de imediato para os cofres paranaenses sem que tenhamos de continuar mendigando às portas de Brasília, por uma maior participação tributária.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Poderia me alongar muito mais neste pronunciamento, tentando provar que o PL, como os demais Partidos, não querem apenas criticar, mas apelar ao bom senso, pois o descrédito da classe política se acentua e o nível de corrupção acusado na Velha República continua a motivar manchetes que chegam a envolver, conforme denúncias públicas, figurões de Brasília, quando não parentes diretos do próprio Presidente da República. Já é hora de se acabar com as desculpas embutidas em palavras bonitas, identificadas em normas administrativas ou modernização, quando o que se quer ouvir, às claras explicações sobre escândalos e corrupção como os denunciados em relação

ao BANESTADO.

O PL não tem pura e simplesmente a linha da crítica. Não radicaliza seus pronunciamentos na veemência de quem pretende apontar erros sem oferecer-se a participar em busca de soluções. O Partido Liberal quer presença, não em cargos, mas na discussão de medidas legítimas que levem este País ao seu grande destino, sem sonhos, sem fantasia, sem ilusões, sem intenções de apego ao poder, que parecem caracterizar, hoje, lideranças nas quais o povo confiou de forma esmagadora.

Sinceramente Senhores, o anúncio de que o gatilho salarial para o funcionalismo estadual vai ser congelado por dois meses, não nos convence.

Queremos para o empresariado paranaense idêntico procedimento, se é que tal procedimento seja legal sem enquadrar-se na desobediência civil.

Queremos combater as causas, não os efeitos. Queremos acabar com a inflação, não com o gatilho, uma conquista legítima de quem tem neste instrumento a única arma para vencer a desenfreada corrida de preços que se assiste nos últimos dias. Mais do que nunca, senhores, queremos, como políticos, ser fiscais do Sarney, do Governo, deste Estado, de coisas que aí estão e que não conseguimos compreender como tentam disfarçar ou esconder.

Por isso, Senhores façamos daqui, do Paraná, um barulhão como aquele que fazem os grevistas. Vamos apitar em Brasília para acordar o Governo, pois aqui, o próprio Governo Estadual estrangulou-se graças às ingênuas manobras políticas que nos gabinetes de Brasília são arquitetadas em des-caso ao que ocorre no resto do País. Não se imponha ao funcionalismo um sacrifício insuportável, pois o mecanismo foi criado como benefício e de repente se transforma numa arma, cujo gatilho aponta para soluções fáceis e imediatas, mas que prejudicarão toda uma classe". (termina de ler).

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulta a Liderança do PMDB se fará uso da palavra.

(Declina).

Tendo declinado, consulta à Liderança do PFL.

(Declina).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Havendo declinado está encerrada a hora do expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 48 Senhores Deputados.
Sobre a mesa, Projeto de Resolução de

autoria do Senhor Lindolfo Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria dos Senhores Deputados Antônio Annibelli, David Cheriegate e Gernote Kirinus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 39/87, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que declara de utilidade pública, a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MANDIRITUBA"- A.P.A.E., com sede e foro na Cidade de Mandirituba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 07/87 (Mensagem n. 16/87- ex-Proposição n. 026/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL POR UNANIMIDADE da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados em 26.01.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e os Municípios que especifica, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 08/87 (Mensagem n. 20/87- ex-Proposição n. 30/87), oriundos do PARECER FAVORÁVEL POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio e outras Secretarias e órgãos estaduais nele especificados e a Empresa Brasileira de Turismo- EMBRATUR, objetivando execução conjunta da Política Nacional de Turismo. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Tenório Cavalcanti. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expedien-

te, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 51/87, que declara de utilidade pública o Centro Espírita Mensageiros da Paz, do município de Francisco Beltrão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Senhor Mitri Nastás, do município de Ponta Grossa, por ter sido eleito Presidente da Federação Paranaense de Basquetebol. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Senhor Manoel Henrique Pereira, do município de Ponta Grossa, por ter sido eleito Presidente da Sociedade Rural dos Campos Gerais. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Rádio Central do Paraná, do município de Ponta Grossa, pela passagem do trigésimo terceiro aniversário de fundação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando voto de congratulações a Diretoria da Associação de Proprietários e Moradores do Alagados, do município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Iolanda Schuindt, ocorrido no dia 28 de abril do corrente ano, no município de São João do Ivaí. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Planejamento, encarecendo informações sobre os valores repassados e a repassar, pelo Programa de Ação Municipal, aos municípios de Cândido de Abreu, Ivaiporã, Jardim Alegre, Manoel Ribas e São Pedro do Ivaí. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministro da Fazenda e Presidente do Banco Central, encarecendo a revogação da Resolução n. 1.154/86, que institui a cobrança de encargo financeiro sobre passagem e câmbio para viagens ao exterior e Circular n. 1.143/87, da Diretoria de Mercado de Capitais, que limitou os depósitos em Cadernetas de Poupança, até o dia útil imediatamente anterior, quando o início do período coincidir com

sábados, domingos ou feriados. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Fazenda, viabilizando um convênio entre o Ministério da Fazenda e o Estado do Paraná, envolvendo as Polícias Civil e Militar, para inspecionar a cidade de Foz do Iguaçu, com o objetivo de combater o contrabando na Ponte da Amizade. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura e Abastecimento, encarecendo a implantação de um laboratório de sanidade junto à Estação Experimental do IAPAR, no Município de Pato Branco. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministro da Indústria e Comércio, Governador do Estado, Secretários da Agricultura e da Indústria e Comércio, Presidente do IBC e Gerente Regional do IBC, encarecendo a manutenção da agência Regional do IBC no município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretários da Educação, de Ensino Superior, Ciências e Tecnologia, do Planejamento e das Finanças, encarecendo ensino gratuito nas universidades estaduais do Estado, nos Municípios de Maringá, Londrina e Ponta Grossa. Em discussão. Em Votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA- (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela inauguração da sede própria da Associação dos Empresários de Araucária. Em discussão. Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem)- Para encaminhar, Senhor Presidente.

Gostaria que Vossa Excelência, se nos permite o autor, associasse a essa homenagem o nome dos Deputados Orlando Pessuti, Anibal Khury e Caíto Quintana, já que, tivemos a satisfação de estar presentes à inauguração dessa sede, que demonstra a

pujança, o crescimento e organização das indústrias que operam no nosso Estado pelo seu desenvolvimento industrial.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Esta Presidência consultará o proponente, Deputado Annibelli, para as devidas anotações. Em votação. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo o asfaltamento da PR-151, trecho que liga São Mateus do Sul à Barranca do Rio Negro, frontal ao município de Três Barras, no Estado de Santa Catarina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo o asfaltamento da PR-364, ligando São Mateus do Sul a Engenheiro Gutierrez, no município de Irati. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo providências para solucionar os problemas enfrentados pelos proprietários de unidades residenciais no Conjunto Habitacional II, denominado São Cristóvão, no município de Umuarama. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 39. aniversário do município de Uraí. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de uma rede telefônica no Distrito de Jussara, no município de Kaloré. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à atriz Denise Stoklos, que vem se destacando internacionalmente levando sua arte aos palcos mais renomados, constituindo-se em orgulho para nosso Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela realização dos Jogos Escolares do Paraná - Copa BAMERINDUS. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado. Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário da Agricultura e Diretor Presidente da CEASA, encarecendo a implantação, em conjunto com a Prefeitura Municipal de Umuarama, de Projeto de Abastecimento de Alimentação Básica através das Centrais de Abastecimento do Paraná - CEASA - para atendimento à população daquele Município. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário da Agricultura e Diretor Presidente da CEASA, encarecendo a implantação em conjunto com a Prefeitura Municipal de Guaíra, de Projeto de Abastecimento de Alimentação Básica, através das Centrais de Abastecimento do Paraná - CEASA, para atendimento à população daquele município. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente da República, Ministro da Fazenda e Ministro da Indústria e Comércio, encarecendo a imediata retirada do depósito compulsório na compra de veículo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente da República, Ministro da Agricultura, Governador do Estado e Secretário da Agricultura, encarecendo o aumento nos percentuais liberais através do VBC para subsidiar a lavoura do trigo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n. 30/87, de sua autoria, que cria o município de Lindoeste. Em discussão. Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento da Avenida Getúlio Vargas, no município de Verê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações

pela passagem dos 35 anos de fundação da INCEPA, e pela inauguração de suas novas instalações. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário das Finanças, encarecendo para que o mesmo compareça a esta Casa de Leis, para prestar informações de denúncias veiculadas pela imprensa, contra a administração do BANESTADO. Em discussão. Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência já havia anunciado o resultado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Solicito a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência defere o seu pedido e irá verificar.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Dezenove Senhores Deputados rejeitam. Nove aprovam. Está rejeitado o requerimento.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Este Deputado quer apenas lamentar, porque me parece que a mesma moralização e a mesma austeridade que Sua Excelência o Senhor Governador quer dar ao seu Governo, me parece que a bancada do PMDB não quer fazer o jogo do Governador. Nosso interesse era apenas que houvesse esclarecimento, para todos nós, a respeito dos fatos que envolvem o BANCO DO ESTADO DO PARANÁ. Apenas neste sentido.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, votei sem entrar no mérito do requerimento. Mérito ele tem de sobra. Mas sou escravo da lei e nós sabemos que as instituições financeiras não estão subordinadas ao Poder Legislativo. Há uma legislação específica sobre a matéria e exatamente por isto votei contrariamente ao requerimento. Se fosse em forma de apelo, votaria favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE - Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à AECIAR, pela inauguração da Sede dos Empresários da Cidade Industrial de Araucária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Ordinária, para quinta-feira, dia 07, com a ordem do dia anteriormente anunciada:

^a
1. DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 57, 135 e 142/86.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária, para logo após com a seguinte ordem do dia já anunciada.

^a
3. DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 198 e 264/86.

Levanta-se a sessão.